SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/04/2015 - Teletime

América Móvil investirá R$ 8 bilhões no Brasil em 2015

Recentemente, a Claro S/A – empresa de capital aberto que abrange Claro, Embratel e Net – divulgou na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que investiu em 2014 um total de R$ 13,073 bilhões para as operações do grupo América Móvil no Brasil. Nesta quinta-feira, 30, o presidente da operadora móvel, Carlos Zenteno, declarou que o aporte previsto para este ano no País seria significativamente diferente: R$ 8 bilhões. Mas ele insiste que não se trata de redução, mas de um "novo ciclo".

"Temos investimentos que cruzam vários ciclos; eu não compararia (o valor) com o do ano passado", disse Zenteno em encontro com jornalistas na sede da Claro em São Paulo. Ele confirma que os R$ 8 bilhões serão destinados para as áreas de costume, como infraestrutura, sistemas, cobertura 3G e 4G e metas rurais (no Norte, Bahia e interior de São Paulo).

O executivo insistiu que a cifra menor não representa um recuo, alegando também que o montante do ano passado considerava o preço das licenças do leilão de 700 MHz em setembro – a Claro ficou com o Lote 1 por R$ 1,947 bilhão, ou 1% a mais que o preço mínimo. "Não é uma redução de investimento, são ciclos completos", diz. Zenteno reconhece ainda que o cenário macroeconômico brasileiro para este ano pode ser desafiador, mas acredita que "momentos difíceis são momentos de oportunidades".

De qualquer forma, vale lembrar que em outubro do ano passado, o CEO da América Móvil, Daniel Hajj, já havia declarado que o investimento para o Brasil poderia ficar em cerca de R$ 8,5 bilhões. Depois, em fevereiro, Hajj afirmou que o montante poderia ser menor, dependendo da situação econômica brasileira e o consequente impacto na geração de receita. Para efeito de comparação, somente para a operação móvel no País em 2014, a controladora mexicana destinou R$ 6,3 bilhões, o que não incluía despesas com leilão ou com gastos de limpeza da faixa.

30/04/2015 - Teletime

Uso compartilhado de frequências entre serviços diferentes é debatido na Anatel

Compartilhamento de frequências entre serviços diferentes e em caráter primário poderá ser adotado no País, a partir da aprovação da nova regulamentação de uso de espectro, em elaboração na Anatel. A agência entende que esta é uma forma de alocar espectro no curto espaço e já existem tecnologias capazes de dividir o uso de frequências com segurança.

O modelo de licença Authorised Shared Access (ASA), que vem sendo desenvolvido por empresas lideradas pela Qualcomm e que usa espectro não-licenciado, poderá ser usado sem restrições; porém, ainda está em fase de testes em países da Europa. Já a utilização dos chamados White Space, a banda de guarda entre os canais utilizados para o broadcast de TV na frequência de 470 MHz, ainda dependeria de que destinação no Brasil para outros serviços, como o de banda larga, o que ainda não está no radar da Anatel.

Os White Spaces já estão sendo usada nos Estados Unidos, inclusive compartilhando espectro da Marinha daquele país, que ocupa o espectro próximo ao litoral, com aplicações privadas. Segundo o conselheiro Igor de Freitas, o uso eficiente do espectro é uma preocupação constante da Anatel e justificou a realização do Seminário de Gestão de Espectro, realizado nesta quinta-feira, 30, em Brasília.

Para o professor da UnB, Ugo Dias, o uso oportunista do espectro, seja em qualquer tecnologia, trarábenefícios inestimáveis para a inclusão digital na zona rural. Mas ele tem preferência pelo uso dos White Spaces com rádio cognitivo porque possibilita um número maior de soluções para compartilhamento de espectro utilizando os espaços vazios do espectro entre os canais de UHF.

Já para o diretor da Qualcomm, Francisco Giacomini, além de poder ser usada tão logo o regulamento seja aprovado, o modelo ASA garante a qualidade dos serviços compartilhados. Os testes desse modelo de licença estão usando as faixas de 3,4 GHz e 2,7 GHz.

30/04/2015 - Teletime

Marco Civil: Netflix, Fiesp, teles e Intervozes se posicionam sobre neutralidade

O Ministério da Justiça encerrou nesta quinta-feira, 30, o prazo de contribuições para consulta pública sobre a regulamentação do Marco Civil da Internet (MCI). Segundo a entidade, foram quase 1 mil comentários distribuídos em mais de 300 assuntos, com quase 200 mil acessos feitos por mais de 40 mil visitantes desde o início do debate, no dia 28 de janeiro. Dentre os pontos mais polêmicos, as exceções à neutralidade de rede foram os mais visados.

De última hora, algumas entidades apresentaram contribuições, sobretudo no tema do tratamento isonômico de pacotes. Uma delas foi um coletivo de entidades do setor de telecomunicações, representando Febratel, Sinditelebrasil, Sindisat, Telcomp, Telebrasil, Abrafix, Acel e Abinee, que enviou uma defesa focada na preservação da "liberdade dos modelos de negócios", ou seja, o modelo de navegação patrocinada. A alegação é que "ofertas que não cobram do usuário o acesso a algumas aplicações, conteúdos e serviços não se confundem com o conceito de neutralidade de rede da Lei".

A indústria afirma ainda: "A abrangência do conceito de neutralidade de rede aprovado na referida Lei tem sua aplicação voltada às atividades de transmissão, comutação ou roteamento dos pacotes e, dessa forma, garante que as redes de telecomunicações, ao executarem tais funções, dispensarão um tratamento isonômico a qualquer pacote de dados, independentemente de seu conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação. Nenhum privilégio de tráfego é dado aos pacotes direcionados ou recebidos referentes à referida aplicação. Todos os pacotes recebem um tratamento isonômico."

A defesa das entidades é que a regulamentação da neutralidade deve ser principiológica, sem explicitar todas as exceções. Interessante notar, todavia, que cita como um caso de exceção "serviços que demandem requisitos técnicos diferenciados", como "teleconferência, telemedicina, segurança e vídeos de ultra definição". Elas defendem ainda a livre monitoração de metadados contidos em pacote - ou seja, a análise de cabeçalhos de cada protocolo usado na Internet em diferentes camadas. A justificativa é a de garantir a adequada gestão da rede.

Por fim, defendem que a neutralidade não proíba a cobrança por volume de tráfego de dados, permitindo assim às operadoras encerrarem o fornecimento de acesso em caso de o usuário estourar a cota mensal. "A interrupção da navegação após o consumo total da franquia de dados, estabelecida de forma clara e inequívoca em seu plano de serviço, não se constitui em quebra de neutralidade", defendem.

Outra entidade do setor, a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom, que conta entre os associados empresas como Algar, Microsoft e Google), defende a neutralidade, mas sugere permitir "modelos de negócios alternativos" para oferecer universalização da Internet por meio de navegação patrocinada. "É importante que a regulamentação do Marco Civil não proíba modelos de negócio baseados em planos que ofereçam acesso a serviços de conexão de Internet subsidiados ou que não limitem a franquia de dados para algumas aplicações".

Visão antagônica

Naturalmente, há discordância no tema. O Coletivo Intervozes sugere a criação de um Sistema de Proteção à Neutralidade de Rede. "Somente dessa maneira será possível garantir uma ação contínua e dinâmica voltada à previsão de normas complementares ao regulamento, à definição de padrões e parâmetros técnicos, à fiscalização permanente (e não só responsiva a denúncias e casos específicos de violação) e ao estabelecimento de punições com base no Marco Civil da Internet e demais legislações aplicáveis." Essa entidade seria um trabalho coordenado entre Anatel, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e o CGI.br (com o braço operativo NIC.br).

O coletivo entende que os desafios podem ser abordados com o "trabalho articulado dessas instituições, cada uma na sua esfera de atribuições, com a designação de servidores e recursos internos dedicados à regulação e fiscalização da neutralidade da rede". O Sistema deveria ainda publicar mensalmente os casos recebidos e analisados com base na Lei de Acesso à Informação.

A Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) considera que o princípio da neutralidade não deve ser "burlado por meio de lobby pelas grandes operadoras, razão pela qual é necessário que a lei e o regulamento sejam claros neste sentido". A entidade pede tratamento de pacote de dados de forma isonômica tanto para a Internet fixa quanto móvel. Sugere ainda fiscalização rígida para monitorar eventual descumprimento do princípio por parte das teles, inclusive no caso de degradação de tráfego de serviços de provedores de conteúdo "que não dão retorno financeiro aos prestadores de serviço". Assim como o Intervozes, também considera que deveria ser criado um órgão específico, subordinado ao Ministério da Justiça e seguindo parâmetros técnicos do CGI.br, para a atribuição de fiscalização.

Para a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC do Ministério Público Federal), a neutralidade tem a premissa básica de impedir as vias rápidas (fast lanes), que fariam diferenciação de velocidade de acesso por serviço e em detrimento a concorrentes. O PFDC coloca uma noção genérica de "guiar-se pela ideia de rede livre", sem especificar questões técnicas. "Pequenos negócios somente florescem na rede porque estão em igualdade com empresas já estabelecidas. Qualquer exceção que viole esse pensamento, viola a neutralidade de rede."

Livre interconexão para OTTs

Esse ponto é caro a um dos maiores provedores de conteúdo do mundo, a Netflix, cujo documento de contribuição foi assinado pela diretora de relações governamentais e políticas públicas da companhia para a América Latina, Paula Pinha, e já havia sido noticiado por este boletim. A over-the-top (OTT) afirma que é necessária a adoção de neutralidade não apenas na última milha, mas também no ponto de acesso - do contrário, as regras seriam "insuficientes". "A ausência de diretrizes que tratem do abuso no ponto de acesso a rede do detentor da última irá prejudicar a eficácia de qualquer regra de Internet aberta ou de proteção ao consumidor que seja adotada no Brasil".

A Netflix alega que, sob nenhuma circunstância, os provedores de Internet (ISPs) deveriam cobrar dos provedores de conteúdo uma taxa para a administração da rede. Trata-se de uma referência clara à prática de operadoras norte-americanas como Comcast e Verizon, que exigiram o pagamento de um "pedágio" para evitar o estrangulamento do tráfego nas portas, alegando que o serviço OTT exigia muita capacidade. Ou seja: ela quer que os provedores sejam obrigados a fornecer "capacidade de interconexão suficiente, evitando congestionamento nos pontos de acesso de dados" para que os assinantes recebam o tráfego na velocidade adquirida, desde que não seja além da própria capacidade de rede do provedor.

A empresa considera justa a flexibilidade para os ISPs para gerenciar a rede, tanto na última milha quanto no ponto de interconexão às redes de acesso. "Entretanto, as situações nas quais essa discriminação e/ou degradação são legalmente aceitas devem ser muito restritas". Pede ainda que não haja favorecimento de provedores de conteúdo específicos "em troca do recebimento de qualquer pagamento ou outra forma de vantagem".

Assim, a Netflix declara que essas medidas sigam regras de transparência, que deveriam ser implantadas e executadas pela Anatel. Na visão da empresa, a agência "deverá obrigar os prestadores de serviços de conexão a Internet a divulgarem informações significativas sobre a fonte, localização, horário, velocidade, perda de pacotes e duração de congestionamento na rede". Essas informações seriam divulgadas em tempo real. A inclusão da Anatel se justificaria porque os provedores de conteúdo são considerados como serviço de valor adicionado, abrigado pela LGT e, por isso, regulamentado pela agência.

30/04/2015 - Telesíntese

Assembleia Oi aprova resultado de 2014

A assembleia ordinária realizada ontem, 29, aprovou o prejuízo de R$ 4,4 bilhões e a absorção de reserva legal de R$ 383,7 milhões.

A assembleia geral da Oi aprovou ontem as demonstrações financeiras de 2014, por acionistas representando mais de 99,9% dos votos válidos. Foram aprovados o prejuízo no exercício no montante de R$ 4.407.711.218,22 (quatro bilhões, quatrocentos e sete milhões, setecentos e onze mil, duzentos e dezoito reais e vinte e dois centavos). Aprovada ainda a absorção do valor de R$ 383.527.038,25 (trezentos e oitenta e três milhões, quinhentos e vinte e sete mil, trinta e oito reais e vinte e cinco centavos) da Reserva Legal.

TmarPart

A Telemar Participações, por sua vez, também realizou a assembleia geral e indicou os nomes para o conselho de administração, com mandato de um ano: Carlos Jereissati; Fernando Portella; Otávio Marques de Azevedo; Renato Torres de Faria; Fernando Marques dos Santos; José Augusto da Gama Figueira; José Mauro da Cunha; Shakhaf Wine; Reinaldo Soares de Camargo e Diego Hernandes.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/04/2015 - Telesíntese

CVM multa ex-presidente da Telebras em R$ 100 mil

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), decidiu esta semana, multar o ex-presidente da Telebras, Jorge Motta e Silva, que acumulava também o cargo de Relações com os Investidores na gestão do ministro do PMDB, Hélio Costa. A punição refere-se à forte oscilação nas ações da estatal no ano de 2007, com os rumores de inclusão da empresa no Programa de Inclusão Digital da Universalização da Banda Larga no Brasil.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), decidiu esta semana, multar o ex-presidente da Telebras, Jorge Motta e Silva, que acumulava também o cargo de Relações com os Investidores na gestão do ministro do PMDB, Hélio Costa. A punição refere-se à forte oscilação nas ações da estatal no ano de 2007, com os rumores de inclusão da empresa no Programa de Inclusão Digital da Universalização da Banda Larga no Brasil, que não foram corretamente tratados pela empresa.

Também foi multado em R$ 70 mil o acionista Francisco Couto Alvarez por não ter comunicado a aquisição de participação relevante na Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás dos dias 30/11/2007 e 7/1/2008, que ultrapassaram o percentual de 5% da espécie ou classe de ações representativas do capital da companhia.

Os acusados punidos poderão apresentar recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

O Caso

A CVM anunciou, em novembro de 2007, a abertura de processo administrativo para apurar movimentação irregular dos papeis da estatal, na semana anterior, quando as ações ON (ordinárias) subiram 200% em um único dia e tiveram giro de R$ 1,96 milhão. As ações PN valorizaram-se 218%, com giro de R$ 12,973 milhões.

Dois dias antes, em entrevista à imprensa, o então ministro das Comunicações, Hélio Costa, havia dito que o governo estava analisando em usar a estrutura da Telebras para fazer o programa de universalização da banda larga. Até então, as ações da estatal estavam praticamente esquecidas, como esquecida estava a própria empresa, que precisava ainda resolver muitas pendências judiciais para se reorganizar. Naquela época, a Telebras só existia mesmo para fornecer mão de obra de seus técnicos para a Anatel.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/04/2015 - Telesíntese

Dilma atende trabalhadores e declara ser contra terceirização em atividade-fim

Presidenta se encontra com sindicalistas e anuncia a criação de fórum que vai discutir relações trabalhistas e Previdência

Na manhã desta quinta-feira (30), em encontro com o presidente da CUT , Vagner Freitas, e outros sindicalistas, a presidenta Dilma Rousseff (PT), anunciou sua posição em relação ao PL 4330. A petista atendeu a reivindicação dos trabalhadores e afirmou ser contrária a terceirização da atividade-fim nas empresas no País.

"A regulamentação do trabalho terceirizado, do nosso ponto de vista, precisa manter a diferenciação entre atividade-fim e atividade-meio nos mais diversos ramos da atividade econômica", disse Dilma.

Vagner considerou extremamente positiva a declaração firme de Dilma contra a terceirização na atividade-fim. "O posicionamento da presidenta está alinhado com a luta da CUT, CTB, Intersindical, MST, MTST, CMP e outras 21 entidades do movimento social e sindical, que desde o dia 7 de abril estão nas ruas contra o PL 4330."

A presidenta afirmou estar preocupada com a garantia de que direitos trabalhistas sejam respeitados, algo que o PL 4330 não pode assegurar. Por outro lado, Dilma pediu que trabalhadores terceirizados tenham sua relação de emprego regulamentada.

"Eu sei que é urgente e necessário regulamentar o trabalho terceirizado no Brasil para que milhões de mulheres e homens, trabalhadores e trabalhadoras, tenham proteção no emprego e garantia de salário digno", pediu a presidenta.

Criação do Fórum

Durante a reunião, Dilma atendeu uma antiga reivindicação da CUT, a criação de um espaço de diálogo sobre questões ligadas a previdência e trabalho. Por decreto, a presidenta anunciou o "Fórum de Debates de Políticas de Emprego, Trabalho, Renda e Previdência."

"Esse Fórum fortalece a luta dos trabalhadores. A CUT aceita o convite para participar e desde já estamos pedindo que as MPs 664 e 665 saiam de tramitação e sejam discutidas neste espaço. A CUT é contra as duas MPs, que retiram direitos trabalhadores", declarou Vagner Freitas, presidente da Central Única dos Trabalhadores.

O Fórum será formado pelas centrais sindicais, além de representantes dos aposentados e pensionistas, empresários e do governo. O espaço estará subordinado a Secretaria-Geral da Presidência e terá seis meses para apresentar propostas para o setor à presidenta Dilma.

Dentro do Fórum, a CUT irá defender o fim do fator previdenciário, a cobertura da previdência social, o fortalecimento do trabalho e o fim da rotatividade do mercado de trabalho.

Violência no Paraná

Na abertura do encontro, Vagner Freitas lembrou a tragédia da última quarta-feira (29), no Paraná. "Eu protestei contra a ação truculenta da Polícia Militar, que cometeu uma chacina contra os professores. A Lei Maria da Penha deveria ser usada contra os policiais do Paraná, que agrediram professoras. O [Beto]Richa age da mesma forma que o Geraldo Alckmin [governador de São Paulo] e não recebe os professores para negociar", afirmou o presidente da CUT, que sugeriu que a presidenta interfira em favor dos docentes.

"Fiz uma solicitação à Dilma, que ela possa intermediar as negociações dos professores em São Paulo e no Paraná com os governos de Beto Richa e do Geraldo Alckmin, que se recusam a estabelecer o diálogo. A presidenta deu o exemplo aqui, recebendo os trabalhadores e abrindo um espaço para negociações", disse Vagner Freitas.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/04/2015 - Carta Maior

As terceirizadoras são vazias de sentido social

A terceirização silencia as conquistas dos trabalhadores brasileiros alçadas ao patamar de direitos fundamentais pela Constituição Federal de 1988.

Modernizar a legislação trabalhista e aumentar a competividade do país: essas são as palavras que estão na ordem do dia desde que o projeto de lei que trata da terceirização voltou à pauta do Congresso Nacional. Em democracias socialmente responsáveis, as relações de trabalho protegidas, com salários dignos, progressão na carreira e permanência no emprego, consistem no mais relevante instrumento de integração social e de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

A análise científica do fenômeno da terceirização demonstra que esse mecanismo de gestão tem sido responsável por arquitetar empresas vazias de sentido social e de direitos fundamentais. Tais empresas, portanto, não passam de embalagem oca.

A terceirização articula relações de trabalho rarefeitas, a partir da desconstrução dos parâmetros constitucionais de proteção ao trabalho humano e do decréscimo dos patamares jurídicos de afirmação dos direitos fundamentais.

As contratações sucessivas e fragmentadas a que se submetem os trabalhadores terceirizados provocam consequências nefastas, prejudicando o gozo dos direitos ao aviso prévio, à aposentadoria e às férias, por exemplo. A violação de tais direitos pode resultar, inclusive, em dano existencial por retirar do trabalhador o protagonismo de seu projeto de vida.

Pesquisas recentes ainda comprovam que: o patamar remuneratório dos trabalhadores terceirizados é significativamente inferior ao dos empregados diretos; o índice de inadimplência de verbas trabalhistas e previdenciárias é superior entre os terceirizados; a duração semanal do trabalho terceirizado é superior à do trabalhador diretamente contratado; a incidência de acidentes de trabalho graves e fatais e de de doenças ocupacionais é superior nas empresas que adotam o modelo de gestão terceirizado.

A terceirização também dificulta a constituição e o funcionamento da organização sindical, na medida em que inviabiliza a reunião dos trabalhadores terceirizados em torno do sindicato legitimado para a defesa dos seus reais interesses, frustrando as relações de cooperação e de solidariedade e a própria identidade de classe.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/04/2015 - Vermelho

Nassif: Uma pequena história da mídia brasileira, nos 50 anos da Globo

No Brasil, grupos americanos trouxeram um modelo de negócios baseado na bandeira do anticomunismo e de alianças com as mais corruptas ditaduras do mundo. O avanço das telecomunicações e o desenvolvimento do micro ondas, abriram novas perspectivas para as redes de TV norte-americanas. Em fins dos anos 50 elas começaram a planejar sua expansão internacional, de olho na América Latina.

Coube a Henry Luce, fundador e mentor do grupo Time-Life a grande revolução do período, que o tornou o norte-americano mais influente de sua época.

Antes da TV, Luce se consagrara com um conjunto de revistas campeãs, a Time (que se tornaria o modelo das revistas semanais de informação, espelho da futura Veja), a Life (copiada pela Manchete), a Fortune (de negócios) e a Sporteds Illustred, servindo de modelo para os novos grupos editoriais.

O lançamento da revista Time foi um divisor de águas na imprensa mundial, conferindo um novo status às revistas semanais, uma influência política sobre a opinião pública equiparável à dos grandes diários e inspirando similares em todos os países, muitos deles tendo a própria Time-Life como sócia.

O estilo Time consistia em organizar o universo (já abundante) das notícias diárias em uma periodicidade mais cômoda para o leitor – a semanal -, selecionando um universo restrito de temas, mas embalando-os de forma agradável, com um texto eminentemente opinativo que fosse compreendido pelo leitor mediano.

Para obter esse alcance, havia uma simplificação de tal ordem, especialmente em cima de temas complexos.

Para conferir credibilidade ao texto, o estilo contemplava um largo descritivo, criando diálogos imaginários, mas verossímeis, descrevendo detalhes de ambientes, passando a ideia da "onipresença" e "onisciência". Tipo: "Salvador Allende entrou sozinho no salão do Palácio La Moneda, olhou longamente a multidão pela janela, foi para um canto, tirou a espingarda, e, com o olhar grave, encaixou-a debaixo do queixo, aguardou alguns segundos e apertou o gatilho"

Luce também inovou no modelo de negócios, ao criar uma nova empresa, a Time-Life, que se valia da grande penetração das revistas para a venda de produtos de catálogo. Tinha o perfil dos donos de mídia criados pelo novo modelo, fundamentalmente comerciantes com visão de produto.

Quando começou a era da televisão, promoveu uma transição bem sucedida para a nova mídia tornando-se o primeiro grupo a juntar todas as formas de comunicação em um mesmo conglomerado, batizado de Time-Life Broadcast Inc

Nos anos 50, junto com as redes NBC, CBS e ABC, a Time-Life saiu à caça de parceiros internacionais, preferencialmente latino-americanos.

Em outubro de 1964, em um seminário do Hudson Institute, um dos principais executivos da Time Life explicou a fórmula de expansão das redes norte-americanas:

1. Ter posição minoritária nos países da América Latina, devido às leis dos respectivos países sobre telecomunicações.

2. Ter sócios locais, e "eles têm provado ser dignos de confiança".

3. A programação diurna da TV será importante para o êxito comercial e poderosamente eficaz e popular.

Ao mesmo tempo, propunha uma parceria com o governo norte-americano, "como um meio de atingir o povo do continente". Um pouco antes, apontara sua mira para o Brasil.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/263038-6

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/05/2015 - Portal Vermelho

Negociações salariais em 2014 mantêm movimento de conquistas

Resultados divulgados pelo Dieese mostram que a média dos aumentos salariais foi de 1,39%, superior ao observado em 2013, quando ficou em 1,22%, e um dos três melhores resultados da série histórica do levantamento.

O nível da atividade econômica de 2014 foi muito baixo, com reflexos perversos para muitos setores, especialmente para a indústria e, no final do ano, para a construção e o comércio. Os ecos também começaram a aparecer no emprego, com alta do movimento de fechamento de postos de trabalho em alguns setores e, em outros, com queda no ritmo de geração de vagas, como, por exemplo, nos serviços.

Entretanto, para a dinâmica das negociações, apesar desse cenário e do fato de a taxa de inflação estar no limite da meta (6,5%) no segundo semestre, os resultados de 2014 foram positivos, segundo uma pesquisa do DIEESE que observa convenções e acordos coletivos.

De acordo com o sistema de relações de trabalho brasileiro, as entidades sindicais de trabalhadores estabelecem negociações com as empresas, com as entidades patronais ou ainda com os poderes do setor público. Nessas negociações são reguladas as condições de trabalho e de salário para o conjunto dos trabalhadores. As lutas sindicais, especialmente as greves, fazem parte dos processos negociais. Os resultados alcançados são celebrados em convenções ou acordos coletivos.

O DIEESE, além de produzir subsídios para a atuação sindical nas mesas de negociação, faz formação sindical para preparar os negociadores e assessorá-los, pesquisa e sistematiza os resultados alcançados e, semestralmente, divulga essas informações.

Para isso, mantém o Sistema de Acompanhamento de Informações Sindicais (SAIS), por meio do qual mapeia e analisa resultados de acordos e convenções – sistematizando reajustes e aumentos salariais -, os pisos das categorias e as greves realizadas.

Os resultados recentemente divulgados mostram que as negociações salariais em 2014 mantiveram o movimento de conquistas para os trabalhadores. O painel acompanha 716 unidades de negociação distribuídas por setores econômicos, categoriais e regiões.

A análise mostrou que 92% das negociações obtiveram aumentos salariais, 6% conseguiram repor a inflação do período entre as datas-base e apenas 2% não conseguiram alcançar a reposição integral da inflação.

A média dos aumentos salariais foi de 1,39%, superior ao observado no ano anterior, quando ficou em 1,22%, e é um dos três melhores resultados da série histórica do levantamento. Cerca de 60% dos aumentos salariais estão na faixa entre 1% e 3%.

Em termos setoriais, no comércio, 98% ou quase a totalidade das negociações coletivas tiveram aumentos salariais. Já na indústria, 91% conseguiram aumentos reais e 6% obtiveram reposição integral da inflação. No setor de serviços, 92% conquistaram aumentos salariais e 6%, reposição inflacionária.

Os ganhos médios no setor do comércio foram de 1,47%; na indústria, de 1,38% e nos serviços, de 1,35%. Os dados também evidenciam que o crescimento da taxa de inflação ao longo do ano passado trouxe progressiva diminuição do aumento real médio.

Até agosto os amentos salariais variaram entre 1,35% a 1,5% e entre setembro a dezembro, na medida em que a inflação se aproximou do teto da meta (6,5%), os aumentos salariais variaram entre 1% a 1,15%.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/263263-2